

PROCESSO: 6018.2018/0045008-1
COORDENADORIA DE PARCERIAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE – CPC5
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS
BALANÇO PATRIMONIAL DA O.S. ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

O.S. ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº 60.922.168/0026-34
Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.322	21.691	Fornecedores		1.564	1.116
Contas a receber - Contrato de Gestão	5	25.395	6.207	Obrigações trabalhistas	7	28.109	21.533
Estoques		843	110	Obrigações tributárias		4.696	3.348
Outros créditos		2.074	1.768	Outras contas a pagar	8	9.179	8.950
Total ativo circulante		47.634	29.776	Total do passivo circulante		43.548	34.947
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		3.729	3.700	Subvenção e assistência governamental a realizar	9	1.272	539
Imobilizado e intangível	6	7.678	6.687	Provisão para ações cíveis e trabalhistas	10	2.741	2.428
Total do ativo não circulante		11.407	10.387	Bens públicos em nosso poder	11	7.674	6.683
Total do ativo		59.041	40.163	Total do passivo não circulante		11.687	9.650
				Total do passivo		55.235	44.597
				Patrimônio líquido	12		
				Superávit / Déficit acumulado		3.806	(4.434)
				Total do patrimônio líquido		3.806	(4.434)
				Total do passivo e patrimônio líquido		59.041	40.163

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	(Déficit) superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017		(21.507)	(21.507)
Superávit do exercício		17.073	17.073
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(4.434)	(4.434)
Cessão de operação pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (UPA Santo Amaro)	12	(1.207)	(1.207)
Superávit do exercício		9.447	9.447
Saldo em 31 de dezembro de 2018		3.806	3.806

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina ("Entidade"), qualificada como Organização Social de Saúde, por meio dos Contratos de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, mantém a operacionalização da O.S. Associação Congregação de Santa Catarina conforme Contrato nº 017/2015 da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar denominado "PMSP SMS R 017/2015" com vigência até 30 de agosto de 2020. No referido contrato fixo, estão estabelecidas as verbas orçamentárias a serem repassadas a Entidade para o custeio das operações, e os repasses são feitos pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, sendo fixadas e distribuídas em Custeio e Investimentos. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia", operacionalizado pela Associação Congregação de Santa Catarina. **Planejamento da Administração:** A Associação Congregação de Santa Catarina, faz a gestão e operacionalização da O.S. Associação Congregação de Santa Catarina. A Entidade no exercício de 2018 apresentou superávit de R\$ 9.477. Em 2015 houve repactuação de verbas orçamentárias definidas para o Contrato de Gestão nº R017/2015, firmado em 5 de agosto de 2015 para Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar. Em 2018 foi assinado o TA (Termo Aditivo) nº 09/2018 ao contrato onde houve remanejamento, entrada de novas unidades e a repactuação do fluxo financeiro. O Superávit gerado no exercício foi suficiente para cobrir os déficits acumulados e patrimônio líquido negativo. O capital circulante líquido quando negativo é suportado pela Associação Congregação de Santa Catarina sempre que necessário, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. Em dezembro de 2018 a Associação Congregação de Santa Catarina após revisão de seu planejamento estratégico, protocolou ofício junto a secretaria de saúde municipal de São Paulo para estudo de viabilidade de antecipação de chamamento público para sua substituição na gestão e operacionalização da OS Associação Congregação de Santa Catarina. **2. Base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis também foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 22 de fevereiro de 2019. **a. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis foram preparadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade, e estão apresentadas em milhares de real. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa nº 10 - provisão para ações trabalhistas.** **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de contrato de gestão e créditos diversos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe deram origem. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte

das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Contas a receber (contrato de gestão):** As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Municipal são registradas pelos valores faturados, e são ajustados por perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no serviço de saúde. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. **(ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: **Descrição** **Anos**
Equipamentos de processamento de dados 05
Veículos 05
Instalações 10
Aparelhos de medicina 10
Instrumentos de cirurgia 10
Móveis e máquinas 10
Benfeitorias 25
Outros ativos 10

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento, mensuração e amortização:** O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **f. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável. **g. Provisão, passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **i. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **j. Receitas - contratos de gestão:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o Princípio Contábil de Competência. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização da O.S. Associação Congregação de Santa Catarina. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. **l. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade. **n. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)			
	2018	2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2018	2017	
Superávit do exercício	9.447	17.073	
Provisão para ações cíveis e trabalhistas	2.653	2.369	
Reversão provisão para ações cíveis e trabalhistas	(2.340)	(1.806)	
Superávit do exercício ajustado	9.760	17.636	
Aumento líquido/(redução) nos ativos em:			
Contas a receber	(19.188)	11.357	
Estoques	(588)	36	
Outros créditos	(306)	(368)	
Depósitos judiciais	(29)	(3.395)	
Aumento líquido/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	448	(618)	
Obrigações trabalhistas	5.224	(689)	
Obrigações tributárias	1.348	308	
Outras contas a pagar	229	(3.061)	
Subvenção e assistência governamental a realizar	733	(230)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.369)	20.976	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - recursos próprios	-	-	
Aquisição de ativo imobilizado - Repasse de verba Municipal	(1.656)	(303)	
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(1.656)	(303)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado	1.656	303	
Pagamento de empréstimos conta garantida	-	(7)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.369)	20.969	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.691	722	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.322	21.691	
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.369)	20.969	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** O CPC 06 (IFRS 16) tem a adoção para exercícios iniciados a partir 1º de janeiro de 2019. A Entidade não adotou esta norma de forma antecipada. IFRS 16 Leases / NBC TG 06 (R2) - Arrendamentos: A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, onde apurou-se os valores abaixo para aplicação a partir do exercício de 2019.

1º de janeiro de 2019 (R\$ mil)			
Valor dos ativos de direito de uso pelos arrendamentos		7.598	
Valor dos passivos de arrendamento		7.943	
2018 (R\$ mil)			
Amortização dos direitos de uso durante o ano de 2018		(2.800)	
Juros		(50)	
4. Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017	
Caixa fundo fixo	30	27	
Banco conta corrente	57	114	
Aplicações financeiras	19.235	21.550	
	19.322	21.691	

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2018 foi de 6,42% a.a. (9,91% a.a. em 2017).

5. Contas a receber (contrato de gestão)			
Contas a receber - Contrato de gestão	2018	2017	
Perda estimada para crédito liquidação duvidosa	47.544	20.385	
	(22.149)	(14.178)	
	25.395	6.207	

O montante apresentado na Rubrica "Contas a receber" refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2018	2017
Títulos vencidos até 30 dias	22.003	201
Títulos vencidos até 60 dias	2.503	635
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	1.500	5.371
Títulos vencidos acima de 181 dias	21.538	14.178
	47.544	20.385

Metodologia para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). As perdas estimadas para créditos de liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela

continua

continuação Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a aplicação do CPC 48. Os títulos com vencimento entre 0 e 180 dias em 2018 tiveram um índice de perda calculado em 2,35% (R\$611) e os títulos vencidos há mais de 180 dias em 100%. A Administração constituiu provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos. Movimentos. Imobilizado e intangível

Custo	Instalações		Aparelhos de Medicina		Instrumentos Cirúrgicos		Móveis e Máquinas		Veículos		Equipamentos de processamento de dados		Benfeitorias		Outros Ativos		Direito de uso de software		Imobilizado em andamento		Total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	757	1.777	84	4.897	65	6.989	550	6.989	97	104	104	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656
Adições	-	20	58	220	-	30	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	757	1.806	142	5.147	65	552	6.385	19	104	104	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	
Adições	-	125	28	369	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	757	1.931	170	5.516	65	566	6.385	19	104	104	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	1.120	1.656	

Depreciação

Custo	Instalações		Aparelhos de Medicina		Instrumentos Cirúrgicos		Móveis e Máquinas		Veículos		Equipamentos de processamento de dados		Benfeitorias		Outros Ativos		Direito de uso de software		Imobilizado em andamento		Total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(648)	(1.358)	(52)	(3.040)	(65)	(526)	(1.842)	(1)	-	(104)	(7.636)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	
Depreciação no período	(58)	(137)	(7)	(357)	-	(13)	(279)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(707)	(1.495)	(59)	(3.400)	(65)	(536)	(1.925)	(1)	(104)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	
Depreciação no período	(7)	(100)	(7)	(264)	-	(6)	(280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(714)	(1.595)	(66)	(3.664)	(65)	(542)	(2.205)	(1)	(104)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	

Valor contábil

	2018	2017
Em 31 de dezembro de 2017	50	311
Em 31 de dezembro de 2018	43	337

7. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Obrigações com férias e encargos sociais	14.957	11.293
Salários e ordenados a pagar	10.626	8.183
Encargos e contribuições sociais	2.526	2.057
	28.109	21.533

8. Outras contas a pagar

	2018	2017
Empréstimos a pagar (a)	4.251	4.204
Contingências trabalhistas - execução (b)	3.611	3.711
Empréstimos a repassar-funcionários	267	268
Contas a pagar e convênios	670	493
Aluguéis a pagar	380	274
	9.179	8.950

(a) Os repasses de verba de custeio do Contrato de Gestão de 2016 não foram recebidos em sua totalidade durante o exercício. A Entidade captou recursos financeiros com a Associação Congregação de Santa Catarina, sem cobrança de juros, para quitação das verbas e encargos trabalhistas de dezembro de 2016; (b) A Entidade figurava como polo passivo em obrigações trabalhistas para causa com risco de perda provável, e possuía provisionada na rubrica contábil de Provisão para ações cíveis e trabalhistas valores correspondentes para cobertura dos riscos. Durante o exercício de 2016, a Entidade por decisão judicial desfavorável de execução reclassificou o saldo para a rubrica de "Outras contas a pagar". O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 3.611. O montante de depósitos judiciais da Entidade em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.729, dos quais R\$ 3.259 foram depositados judicialmente durante o exercício de 2017 como antecipação de parte da reclamação trabalhista de decisão judicial desfavorável de execução, da qual foi sentenciada o pagamento de R\$ 3.711.

	2018	2017
Contas a pagar de ações trabalhistas	3.611	3.711
Depósitos judiciais relacionados ao contas a pagar	(3.259)	(3.259)
	352	452

9. Subvenção e assistências governamentais a realizar: A rubrica "Subvenções e assistências governamentais a realizar" no montante de R\$ 1.272 em 2018 (R\$ 539 em 2017) refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para a aquisição de ativo imobilizado nas Unidades de Serviços no Contrato de Gestão PMSP SMS R 017/2015, que deverá ser realizado no próximo exercício. 10. Provisão para ações cíveis e trabalhistas: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão.

	2018	2017
Previdenciárias e trabalhistas	2.741	2.428

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Estornos	Saldo final
	01/01/2018			31/12/2018
Previdenciárias e trabalhistas	2.428	2.653	(2.340)	2.741

Riscos avaliados como possíveis: Os valores das contingências, con-

tação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(14.162)
Perdas no exercício	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(14.178)
Perdas no exercício	(7.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(22.149)

Custo	Instalações		Aparelhos de Medicina		Instrumentos Cirúrgicos		Móveis e Máquinas		Veículos		Equipamentos de processamento de dados		Benfeitorias		Outros Ativos		Direito de uso de software		Imobilizado em andamento		Total		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(648)	(1.358)	(52)	(3.040)	(65)	(526)	(1.842)	(1)	-	(104)	(7.636)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	(851)	
Depreciação no período	(58)	(137)	(7)	(357)	-	(13)	(279)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(707)	(1.495)	(59)	(3.400)	(65)	(536)	(1.925)	(1)	(104)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	(8.291)	
Depreciação no período	(7)	(100)	(7)	(264)	-	(6)	(280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(714)	(1.595)	(66)	(3.664)	(65)	(542)	(2.205)	(1)	(104)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	(8.955)	

11. Bens públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 7.674 em 2018 (R\$ 6.683 em 2017), refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado de contrato de gestão, registrado no ativo. 12. Patrimônio líquido: Patrimônio social: O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. Em 2018 a entidade agregou a seu patrimônio o valor de R\$ 1.207 referente a incorporação de ativos e passivos de nova unidade conforme o TA 09/2018.

13. Remuneração da Administração: O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

14. Receitas de contrato de gestão (municipal)

	2018	2017
Contrato de gestão - municipal (a)	257.810	220.125
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	664	850
Devolução repasse contratual - contrato de gestão (c)	-	(1.735)
	258.474	219.240

(a) A Associação Congregação de Santa Catarina - ACSC, qualificada como Organização Social de Saúde, através dos Contratos de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão e Operacionalização", firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, manteve a operacionalização da O.S Associação Congregação de Santa Catarina "Entidade". Em 5 de agosto de 2015 a Entidade celebrou o Contrato de Gestão PMSP SMS R nº 017/2015 para Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de Santo Amaro/Cidade Ademar, que estabeleceu o prazo de cinco anos de duração. A legislação municipal regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos contratos de gestão é definida para Entidade, de acordo com suas características de atendimento e um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação da Entidade e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1)), em cumprimento ao contrato de gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão, na demonstração de resultado do exercício nas despesas operacionais, a reversão ocorre na rubrica "Bens

Outros assuntos: Valores correspondentes de períodos anteriores examinados por outro auditor independente: O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujos valores estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis à título de valores correspondentes, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório, sem modificação, datado em 14 de fevereiro de 2018, conteve parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2017 tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da au-

públicos em nosso poder" em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão; (c) (c) Conforme o Contrato de Gestão e Operacionalização, firmado com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, os repasses são baseados no orçamento para o custeio das operações do período. A Secretaria Municipal da Saúde de acordo com a prestação de contas descontou o montante de R\$ 1.735 das verbas orçamentárias de custeio com base em metas previstas em premissas contratuais. 15. Custos e despesas operacionais (pessoal e encargos)

	2018	2017
Salários, ordenados e indenizações (a)	(135.010)	(117.825)
Férias e 13º salário	(25.616)	(20.798)
Encargos sociais	(16.435)	(14.681)
Vale refeição e cestas básicas	(11.936)	(11.054)
Assistência médica	(6.717)	(5.815)
Benefícios a funcionários	(2.119)	(1.844)
	(197.833)	(172.017)

(a) O Contrato de Gestão PMSP SMS/NTCSS R017/2015 em seu Termo Aditivo 009/2018, incluiu novas unidades - UPA Santo Amaro e PAI Campo Grande, além de adequação e remanejamento de AMAS e a ampliação de horários de atendimento na UPA Pedreira, passando para 24h. 16. Custos e despesas operacionais (serviços profissionais)

	2018	2017
Serviços técnicos contratados (a)	(25.139)	(17.168)
Repasse de honorários médicos (b)	(4.863)	(4.631)
	(30.002)	(21.799)

(a) Os montantes são relacionados a prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços. (b) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

17. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27 letras "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, inclusive a do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Isenção previdenciária usufruída: Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. 18. CPC 48 - Instrumentos financeiros / NB TG 48 (IFRS 9 Financial Instruments): O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma e a aplicação do CPC 48 resultou em um índice de perda implícita em 31 de dezembro de 2018 de 2,35% (R\$ 611) sobre títulos com vencimento entre 0 e 180 dias. 19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

19. Seguros: A Associação Congregação de Santa Catarina mantém apólices de seguro junto às principais seguradoras do país, em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com cobertura contra danos materiais e lucros cessantes, levando em conta a natureza e o grau de riscos envolvidos.

1